



## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ITAIÓPOLIS - IPMI

CNPJ nº 05.478.139/0001-69 - Cel Antonio Correa, 1440 – Bom Jesus  
CEP 89340-000 - ITAIÓPOLIS - SC

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Itaipópolis, justifica a Dispensa de Licitação, com fulcro no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21 de 01-04-2021, suas alterações posteriores.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Amparado pela Lei 14.133/21, conforme art. 75, inciso II, o qual dispõe:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*

### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- A presente contratação tem por objetivo manter os ambientes de trabalho permanentemente limpos e saudáveis, voltados à qualidade do trabalho, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de higiene e conforto, além da manutenção e conservação dos bens públicos, em caráter permanente.

### **JUSTIFICATIVA DA DISPENSA - VALOR**

Considerando cenários onde licitações são impraticáveis ou inviáveis, a recente legislação sobre licitações e contratos introduziu exceções à norma geral. Entre estas, destaca-se a Dispensa de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação, abordadas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Esta disposição legal aplica-se em situações específicas onde a dispensa de licitação é apropriada.

Os casos que justificam a dispensa de licitações, embora se desviem do princípio constitucional de obrigatoriedade da licitação, são reconhecidos como exceções legítimas a esse princípio. Tais situações caracterizam-se pela discricionariedade, mas devido à sua significância e a necessidade imperativa de integridade, devem estar acompanhadas de justificações adequadas. Este aspecto é enfatizado pelos doutrinadores POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio; ZOCKUN, Maurício:

De início, cumpre o esclarecimento de que a dispensa de licitação é modalidade de contratação direta e, portanto, se insere nas exceções constitucionalmente previstas do dever de licitar. Trata-se, assim, de hipótese que, se configurado o permissivo, poderá — isto é, uma faculdade da administração — dispensar a realização do certame licitatório. (Pozzo, 2022)

Conforme estabelecido no art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021, a contratação direta pode ser adotada em situações onde o valor da aquisição ou do serviço contratado, com exceção de obras e serviços de engenharia ou manutenção de veículos automotores, não ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Para aferir os valores de mercado, a Administração Pública solicitou propostas orçamentárias de empresas do setor. A análise dos orçamentos indicou que o custo médio total dos serviços seria de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos



## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ITAIÓPOLIS - IPMI

CNPJ nº 05.478.139/0001-69 - Cel Antonio Correa, 1440 – Bom Jesus  
CEP 89340-000 - ITAIÓPOLIS - SC

reais). Portanto, nesse contexto, a dispensa de licitação está justificada e amparada legalmente pelo inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

É essencial destacar que esta situação não configura um fracionamento de despesas. O valor mencionado é calculado com base na prestação contínua de serviço ao longo de um período de 12 meses. Esta abordagem assegura a transparência e a conformidade com as normativas fiscais pertinentes.

**OBJETO:** : Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e conservação do IPMI – Itaipópolis/SC, conforme descrição dos itens abaixo:

Item	Unid.	Qtde	Especificação	Valor Un.	Valor Total
1	Serv	12	Limpar o pó de todas as áreas; Limpar pisos, paredes e divisórias de vidro; Limpar todos os móveis e utensílios, tais como mesas, armários, estantes, prateleiras etc.; Limpar e desinfetar todos os sanitários, lavatórios e bancadas, pisos e paredes dos banheiros com emprego de detergentes e desinfetantes; Recolher o lixo de todas as cestas coletoras, Verificar a necessidade e repor toalhas de papel, papel higiênico, sabonetes (em tablete, líquido e cremoso), desodorizantes dos sanitários, sacos de lixo e demais materiais de higiene; Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, janelas, bem como dos demais móveis existentes, tais como aparelhos elétricos, etc.; Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com desinfetante; Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos; Retirar o pó dos telefones com flanelas e produtos adequados; Limpar com produto apropriado as forrações de couro, vinil ou material assemelhado em assentos e poltronas; Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral; Aplicar produto específico para proteção do mobiliário de madeira; Limpar cadeiras, poltronas e; Limpar todos os vidros; Limpar forros, paredes e rodapés; Manter a área comum da copa limpa e organizada; Lavar e secar louça; Realizar limpeza de geladeira, micro-ondas, forno e demais eletrodomésticos utilizados; Realizar controle de materiais de limpeza e conservação, solicitando a Administração à aquisição destes, quando necessário; serviços de varrição de, calçadas, estacionamentos e meios-fios; raspagem de terra, roçagem simples (limpeza com corte de plantas invasoras).	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00

**Local de execução:** O serviço será realizado no edifício do Instituto de Previdência do Município de Itaipópolis, Santa Catarina.



## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ITAIÓPOLIS - IPMI

CNPJ nº 05.478.139/0001-69 - Cel Antonio Correa, 1440 – Bom Jesus  
CEP 89340-000 - ITAIÓPOLIS - SC

**Forma de entrega:** A prestação do serviço ocorrerá de maneira fracionada, consistindo na execução de dois serviços completos por semana, cada um com uma duração mínima de quatro horas, ao longo de um período de doze meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após os serviços prestados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de depósito bancário em conta corrente. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à empresa para as devidas correções.

### **DESPESA ORÇAMENTÁRIA:**

A despesa decorrente da execução do objeto correrá à conta da dotação orçamentária:

3 – 3.3.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas 1.802.0000.1750 – Taxa Administração RPPS R\$ 190.000,00

### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
  1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  2. dar causa à inexecução total do contrato;
  3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21, nos casos de:
  1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**



## **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ITAIÓPOLIS - IPMI**

---

CNPJ nº 05.478.139/0001-69 - Cel Antonio Correa, 1440 – Bom Jesus  
CEP 89340-000 - ITAIÓPOLIS - SC

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se presentes razões de interesse público.

### **DA DOCUMENTAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO**

Para estar tecnicamente habilitado a empresa deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos relativos à Habilitação:

- Prova de regularidade com o FGTS;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

Itaiópolis, 22 de janeiro de 2024.

Marsoel Screpec  
Presidente do IPMI